



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Tonelli, Maria José

SENTIDOS DO TEMPO E DO TEMPO DE TRABALHO NA VIDA COTIDIANA

Organizações & Sociedade, vol. 15, núm. 45, abril-junio, 2008, pp. 207-217

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638295016>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SENTIDOS DO TEMPO E DO TEMPO DE TRABALHO NA VIDA COTIDIANA¹

Maria José Tonelli*

Resumo

Este ensaio discute os sentidos do tempo na sociedade contemporânea. Para isso, introduz, em primeiro lugar, uma breve História da construção social do tempo linear e da disseminação do tempo do relógio na sociedade ocidental. A absorção do tempo do relógio durou um longo período de aproximadamente três séculos, tempo este que é hoje percebido como absolutamente natural. O tempo do relógio organizou instituições e a vida social, especialmente nas sociedades industrializadas. Na segunda parte, argumentamos que, assim como o relógio nas sociedades industriais, o computador é o símbolo do tempo nas sociedades contemporâneas. O tempo do computador não é linear, mas simultâneo, instantâneo. Diferentemente do tempo linear do relógio, o tempo do computador é múltiplo, flexível, mas também fonte de opressão e ansiedade. Perguntamos, finalmente, o que vai acontecer com as pessoas, com as instituições e com a vida social, quando as pessoas corporificarem o tempo múltiplo do computador.

Abstract

This essay discusses the meanings of time at contemporary society. For doing so, first introduces a brief History of the social construction of the linear time as well the dissemination of the clock on Western society. The absorption of the clock time had a long span of approximately three centuries but this time is perceived nowadays as absolutely natural. The clock time organized institutions and social live, specially the industrialized societies. At the second part, we argue that as clock time organized industrialized societies the computer is the symbol of time at contemporary societies. The time of computer is not linear but simultaneous and instantaneous. Differently from linear time of the clock, the time of the computer is multiple, flexible but also an agency of oppression and anxiety. Finally we argue what could happens to people, to institutions and to social live, when people finally incorporate this multiple time of computer.

¹Algumas idéias sobre os sentidos da velocidade apresentadas neste texto já foram exploradas em trabalho apresentado no ENEO 2002, e publicadas com o seguinte título: "Produção de sentidos: tempo e velocidade nas organizações", (TONELLI, 2003), onde são apresentados os resultados de uma pesquisa sobre os sentidos atribuídos à velocidade e a aceleração, por pessoas de diferentes níveis hierárquicos, em diferentes organizações. Agradecemos o apoio para a pesquisa do GV-Pesquisa, da FGV-EAESP e, especialmente, Alaíde Sipahi Dantas, como assistente de pesquisa.

*Profª EAESP/FGV

Introdução

A premência do tempo permeia nossa vida cotidiana nos seus mais diversos aspectos: no consumo, no transporte, na mídia, na internet, no uso do *skype*, no controle do tempo de trabalho, no desenvolvimento da carreira e, especialmente, na tentativa de controle do tempo futuro, como, por exemplo, para a aquisição de planos de fundo de pensão. Entretanto, para Whitrow (1993, p.17), “nossa experiência direta do tempo é sempre no presente [...] enquanto nossa atenção está concentrada no presente, tendemos a não ter consciência do tempo”. Conforme Giddens (1986, p.34), “o tempo é talvez a característica mais enigmática da experiência humana”. Na visão de Giddens, toda sociedade organiza-se por meio de uma rotina, da construção de atividades do “dia-a-dia”, o que implica a organização do tempo e do espaço. Conforme já observaram no seminal livro “A construção social da realidade”, Berger e Luckmann (1985), os objetos são produtos humanos e, ao mesmo tempo, objetivação da subjetividade humana.

Viver em sociedade significa construir relações entre tempo e espaço como orientadores fundamentais para o convívio. Nessas relações, o movimento está presente continuamente, seja o do próprio corpo, seja o da Terra, de modo que, na definição de Elias (1998):

O que chamamos ‘espaço’ refere-se a relações posicionais entre acontecimentos móveis, os quais procuramos determinar mediante a abstração de seus movimentos e mudanças efetivas; o “tempo”, ao contrário, refere-se a relações posicionais no interior de um continuum evolutivo que procuramos determinar sem abstrair seus movimentos e mudanças contínuos (*ibid*, p. 81/82).

Como já nos mostraram Berger e Luckmann (1973), a objetivação e a institucionalização de procedimentos no cotidiano facilitam a vida diária e permitem sentimentos de segurança e identidade. No entanto, os produtos da atividade humana podem ser vividos como se fossem coisas ou como se tivessem sido produzidos por não humanos ou super-humanos, processo conhecido como reificação.

De fato, “desde o começo da vida e da existência humana, tempo, espaço e matéria formavam uma unidade inseparável”, argumenta Adam (2004, p.123). Desde o princípio, também, prossegue a autora, todas as culturas estabeleceram formas coletivas de lidar com o passado e com o futuro, bem como de sincronizar suas atividades para lidar com a finitude. Cada época histórica e cada grupo cultural estabeleceram uma organização sócio-econômica e, com esta, uma forma de organização temporal. De modo que a sociedade industrial não é diferente de outros períodos, neste sentido. A sociedade industrial tem, segundo a autora, o seu próprio modo de lidar com as relações sociais e com o tempo.

Diversas culturas mantêm, ainda hoje, distintas relações com o tempo, mas o tempo linear, passível de controle e de medição, passou a ser uma das características mais importantes da regulação das relações no capitalismo industrial (THOMPSON, 1967; LASH e URRY, 1994), expressa nos provérbios e dizeres: “tempo é dinheiro”, “tempo é um recurso limitado” e “tempo é uma mercadoria valiosa” (HASSARD, 2000). O tempo hoje tem sido descrito como um tempo de velocidade e de aceleração (ADAM, 1996; VIRILIO, 1996; JAMESON, 1997; LASH, 1994).

Conforme Southerton (2001), em países de primeiro mundo, em que o tempo de lazer foi ampliado, pesquisas mostram que, ainda assim, as pessoas parecem viver num tempo de aceleração. Essa sensação decorre, conforme Bauman (1998a), da condição de vivermos num tempo em que as dimensões de incerteza incluem uma desregulamentação universal, habilidades individuais mediadas por ferramentas tecnológicas, pelo esvanecimento da noção de verdadeiro e falso (vivemos simulacros, conforme BAUDRILLARD, 1991), pela banalização da morte, e a convivência inevitável com o desemprego estrutural. De fato, argumenta o autor, a organização contemporânea do tempo e do espaço não significa mais estrutura, solidez e durabilidade. Tempo e espaço hoje estão marcados pela liquidez, estado que caracteriza a velocidade e o mal-estar na vida cotidiana.

Além disso, Southerton (2001) mostra que o tempo de trabalho mudou do tradicional 9 às 5h, para 24 horas, já que as novas tecnologias permitiram a desregulamentação dos processos de trabalho, bem como a individualização das tarefas em comparação a processos mais coletivos de trabalho. De um lado, é possível viver maior flexibilidade na organização do trabalho: trabalha-se em casa, em qualquer horário; de outro, convive-se com o enfraquecimento do sentido espaço-temporal que o trabalho tradicional promovia. O tempo presente parece ser vivido com ansiedade.

"O tempo está em todos os lugares e permeia tudo: o cosmos, nosso sistema solar, o passado, o presente e o futuro da terra, nossa existência sócio-cultural", nos diz Adam (2004, p.3). Diferente de alguns autores, como por exemplo, Bauman (1998b, 1999) e Virilio (1997, 1999), a autora² tem uma visão positiva das mudanças.

A questão da temporalidade é de difícil apreensão; entretanto, apesar das limitações, nos propomos neste trabalho a apresentar algumas idéias sobre o tempo presente e sua construção social, com o objetivo de trazer para o debate questões sobre a temporalidade e o sentido de urgência que dá o ritmo de nosso cotidiano no trabalho. Na seqüência, este artigo está organizado do seguinte modo:

²Adam (2004) apresenta uma visão até certo ponto positiva na questão da temporalidade; e, intermediando os capítulos, belos poemas sobre o tempo, numa mistura agradável de ciência/rigor e beleza/arte. Vale a pena ler todos. Traduzimos aqui, livremente, o interlúdio da página 5:

TEMPO É
Tempo é
Tempo é ordem
Tempo é duração
Tempo é estabilidade e estrutura
Tempo é persistência e permanência
Tempo é repetição, ciclo e ritmos
Tempo é começo e fim, pausa e transição
Tempo é a diferença entre o antes e o depois, a causa e o efeito
Tempo é vida e morte, crescimento e declínio, noite e dia
Tempo é mudança, transitoriedade e efemeridade
Tempo é evolução, história e desenvolvimento
Tempo é fluxo e transformação
Tempo é processo e potencial
Tempo é mutabilidade
Tempo é caos
Tempo é
Tempo é velocidade
Tempo é duração
Tempo é simultaneidade
Tempo é Chrono & Kairos
Tempo é passado, presente e futuro
Tempo é a sucessão de momentos
Tempo é memória, percepção & antecipação
Tempo é mercadoria & valor de troca
Tempo é medida de movimento
Tempo é, a priori, intuição
Tempo é instantaneidade
Tempo é um recurso
Tempo é dinheiro
Tempo é um presente
Tempo está
Tempo está voando
Tempo está passando
Tempo está continuando
Tempo não está esperando por ninguém
Tempo está desaparecendo como um sonho
Tempo está indo para sempre
Tempo está evaporando
Tempo está chegando
Tempo é tempo
Tempo é

apresentamos os sentidos do tempo em sociedades pré-industriais; na segunda parte, alguns dados sobre construção do tempo do relógio contemporâneo e como este artefato passou a organizar a vida das pessoas na sociedade industrial; na terceira parte, problematizamos a questão do sentido de urgência na temporalidade contemporânea e, finalmente, apresentamos alguns pontos para reflexão em nossas considerações finais.

Sentidos do Tempo nas Sociedades Pré-Industriais

O tempo assume diferentes sentidos para as pessoas nas diferentes culturas e nos diversos momentos da História, e a linguagem tem um papel definitivo na construção da dimensão temporal. Conforme aponta Whitrow (1993), é possível observar diferentes concepções de tempo em diferentes idiomas. O autor mostra que o sentido do tempo começa a ser estabelecido a partir do momento em que as línguas primitivas passaram a permitir a contagem, ou seja, as seqüências numéricas e as séries. A origem da palavra “aritmética”, bem como da palavra “ritmo”, está associada numa raiz comum do grego, que indica “fluir”: uma seqüência de números que tende ao infinito inclui necessariamente a noção de futuro ou de “futuridade”, como nos indica o autor.

Por exemplo, as palavras “dia”, “aurora”, “noite”, como eventos da natureza, sempre serviram aos povos antigos como referência para contagem do tempo, ainda que a concepção do dia, com a duração de 24 horas seja recente na História. Os povos primitivos viam o dia e a noite como entidades absolutamente distintas e o início do dia variava e podia se dar com a aurora ou com o pôr-do-sol, a meia-noite ou o meio-dia. De acordo com Whitrow (1993), foi só em 1º de janeiro de 1925, por um acordo internacional, quando se convencionou que o dia astronômico coincidiria com o dia “civil”.

Além disso, o início do ano no outono, no verão ou na primavera sempre variou de acordo com diferentes culturas, associado, em geral, ao desenvolvimento da agricultura. E a contagem dos meses esteve ligada às fases da lua. A vivência de tempo nas sociedades arcaicas estava associada aos eventos da natureza, um tempo cíclico, do eterno retorno, inteiramente governado pelo ritmo desta natureza e dos deuses (ADAM, 2004). De fato, conforme argumenta a autora, os deuses do tempo, em diferentes culturas estavam associados com a idéia de morte e de resurreição.

É possível observar, entretanto, que, na antiguidade, já se conhecia instrumentos para a medição do tempo. Além dos chamados “relógios de água” do período helenístico, conforme apontado por Whitrow (1993), a descoberta arqueológica de um mecanismo em bronze que permitia o cálculo do calendário, reconhecido pelo nome de relógio de Anticitera, mostrou um artefato com engrenagens mecânicas precursoras dos relógios mecânicos. Mesmo que não fique clara a relação entre esses primeiros engenhos e o relógio mecânico que aparece por volta do século XIII, o autor sugere que teria ocorrido um processo contínuo de desenvolvimento que vai dos primeiros mecanismos às engrenagens mecânicas posteriores.

As ampulhetas surgiram no século XIV, a partir da hipótese bem provável de que os relógios de água seriam inconvenientes nos invernos. Elas foram muito usadas nas embarcações para medir a velocidade. Para Whitrow, os relógios provavelmente foram inventados nos mosteiros pela necessidade de disciplinar o tempo; a proximidade da Igreja com o relógio se expressa na própria etimologia das palavras *clock* ou *cloche*, que remetem ao sino, numa clara associação com a Igreja Católica. As engrenagens mecânicas construídas para promover o balançar dos sinos contribuíram, segundo o autor, para o desenvolvimento das engrenagens dos relógios. A própria palavra *horas* tem sua origem, em *oratum*, relativa aos momentos regulares da oração.

Não há, todavia, uma data precisa para marcar a invenção do relógio mecânico, ainda que se possa considerar como provável o período entre 1280 e 1300.

Os relógios na Inglaterra datam todos a partir desse período e, desde então, os relógios começaram a se espalhar por toda a Europa, não mais restritos às igrejas, mas também localizados em torres públicas.

Na concepção de Whitrow (1993), a disseminação dos relógios por toda a Europa, a partir de 1300, teve como consequência a uniformização da hora em 60 minutos (embora houvesse grande imprecisão no registro das horas, com atrasos de até 15 minutos), e incluía diferenças nesta contagem: 24 horas na Itália, por exemplo, e dois conjuntos de 12 horas nos outros países europeus.

Já neste período, é possível observar o início do controle do tempo de trabalho. Conforme Whitrow, "em 1335, por exemplo, o governante de Artois autorizou os habitantes de Aire-sur-la-Lys a construir um campanário cujo sino marcaria as horas de trabalho dos operários têxteis" (WHITROW, 1993 p. 126). O autor relata que, no "Livro de horas", de uso muito comum para a nobreza da época, a palavra "horas" representava os momentos reservados às orações. O calendário dos dias, nos séculos XIV e XV, marcava acontecimentos e dias santos específicos que eram respeitados ou temidos, por serem dias de sorte ou de azar. Houve um embate entre a Igreja Romana (que celebrava dias especiais como práticas correntes) e os puritanos na Inglaterra, que propunham outra forma de organização do tempo, na qual se devia respeitar o sábado como o dia do descanso e trabalhar nos demais. Essas mudanças, iniciadas no século XVII, prepararam o terreno necessário para os novos hábitos de trabalho, já dentro de certa uniformidade e ritmo que vão caracterizar a Idade Moderna. A partir dessa época, já existe uma associação entre a noção de tempo e a vida diária, os relógios passam a marcar todas as horas do dia, e não somente as horas das orações, o tempo une-se ao ritmo do trabalho da semana. De todo modo, ainda que os relógios passassem a regular o tempo e as atividades, a posse dos relógios não era algo comum entre as pessoas. Whitrow (1993) relata que a primeira referência a um relógio pessoal data de 1540, quando o rei Henrique VIII deu à Catherine Howard, sua quinta mulher, um estojo em ouro com um relógio dentro. Nas palavras de *Ibid* (p. 145): "O relógio mecânico foi o instrumento protótipo não só da concepção mecânica do universo como da idéia moderna de tempo".

No século XVI, o tempo assumiu um significado negativo, maléfico, passando a ser associado com a morte, como sugerem as imagens de ampulhetas que acompanham as imagens da morte. Começam a mudar também os hábitos, mas a idéia de encontros com hora marcada ainda demoraria a se difundir, já que a posse de relógios individuais era rara. Assim, o controle do tempo, pautado na relação com a natureza, continuou em paralelo à disseminação do uso e do controle do tempo pelo relógio. Conforme Whitrow (1993), no século XVI, já se encontram relatos do tempo disciplinado do trabalho, de operações de mineração rigidamente controladas, inclusive nas mudanças de turnos, bem como já havia horário para o exercício de algumas profissões, entre elas a de professores e juízes.

As necessidades da navegação em determinar diferenças de longitude levaram à invenção do cronômetro marinho. É interessante observar que, nesse período, tal empreitada era uma necessidade vital de tal sorte que, em 1714, havia um prêmio a ser pago, de bastante valor, para quem descobrisse a forma de avaliar a longitude no mar. Mas mesmo com o prêmio sendo alto, a invenção demorou a aparecer.

A partir do século XVIII, com o contínuo aperfeiçoamento dos relógios mecânicos, o tempo nas sociedades ocidentais passou a ser cada vez mais regulado pelo tempo do relógio. No século XIX, já existia o conceito de "perder tempo" e várias dimensões da organização social cotidiana já se articulavam ao tempo, tais como: a regulação do horário dos transportes, dos correios, de trabalho, exigindo a sincronização cada vez maior das atividades e, portanto, de um quadro de referência temporal único (ELIAS, 1998). O desenvolvimento das cidades e, ao mesmo tempo, das estradas, permitiu a articulação crescente do tempo e velocidade conforme relatado por Studeny (1995), em sua História da Velocidade.

Nesse período, também foi possível observar o florescimento de um sofisticado sistema de correios tanto na Europa como nos Estados Unidos. Data do

século XVIII, o sistema de telegrafia, usada com fins bélicos, mas que permitiu um rápido avanço na construção de redes de comunicações nesses locais (MATTERLART, 1994). De fato, conforme relata o autor, a construção de um sistema de comunicação confiável decorre do interesse do Estado em garantir informações seguras.

No século XIX, já é possível perceber que o tempo é socialmente construído e organizado (WHITROW, 1993; ELIAS, 1998). De certo modo, como apontam Lash e Urry (1994) e Elias (1998), nesse período, as pessoas já notam que a experiência humana do tempo sofre mudanças ao longo de seu desenvolvimento; as pessoas se percebem, também, como resultantes de sua própria construção mais do que dependentes do destino e dos deuses.

Mas, nesse período, ainda não havia uma homogeneização do tempo e o calendário não era o mesmo para todos os povos. A Inglaterra, por exemplo, por motivos políticos, demorou para aceitar as mudanças introduzidas pelo papa Gregório III. O mesmo ocorreu com algumas igrejas orientais, que não aceitaram o calendário gregoriano até 1923 e, segundo Whitrow (1993), alguns monges de certa região da Grécia ainda hoje não o aceitam. Durante muitos anos, a humanidade viveu em tempos diferentes, organizados segundo necessidades religiosas ou políticas, o que nos evidencia um tempo socialmente definido. Pouco a pouco, o calendário gregoriano passou a regular o tempo no mundo, ainda que muitas culturas mantenham em paralelo suas tradições, como expressam o calendário chinês e o calendário judaico, só para citar dois exemplos de contagens de tempo que se mantêm em paralelo ao calendário oficial mundial.

Sentidos do Tempo nas Sociedades Industriais

No decorrer do século XIX até o século XX, o tempo do trabalho vai se organizando em conformidade com o desenvolvimento das sociedades industriais e das cidades, ou seja, o tempo linear do relógio permite o controle disciplinar das relações de trabalho, conforme o seminal estudo de Thompson (1967) e os trabalhos de Hassard (2000, 2000a, 2000b). O estudo de Taylor (1987), com sua proposta do uso racional do tempo, é a representação, por excelência, da regulação das atividades humanas no trabalho dentro dessa concepção linear, isto é, de um tempo contínuo das sociedades industriais e não mais o tempo circular que marcou as sociedades pré-industriais. Essa regulação, entretanto, também gera resistências, e muitos estudos exploram as alternativas criativas, elaboradas por muitos trabalhadores para fugir e burlar o controle sobre o tempo no trabalho (MARTINS, 1999; HASSARD, 2000a;). Esses estudos realçam formas que os trabalhadores encontram para organizar o seu trabalho de modo a ter tempo livre, bem como significá-lo de modo menos opressor.

Ao final do século XIX, o espírito do tempo do relógio já havia sido socialmente incorporado. Tanto na Europa como nos Estados Unidos, passou a ser administrado cientificamente, com base na crença de que as tecnologias podem criar e operar sob leis imutáveis. O foco na produtividade alcançou grande desenvolvimento, com a incorporação das ciências do trabalho (RABINBACH, 1990; HIRSCHHORN, 1981), incluindo as psicotécnicas da chamada Psicologia Industrial, de um lado e de outro, com os engenheiros ocupando um novo papel na administração das indústrias. Entramos na era da administração total, para usar a expressão de Marcuse (1982), diante de um tempo e de um espaço controlado e organizado pelo trabalho. O tempo do trabalho industrial passa a regular, também, as outras relações humanas e estende seu domínio para outras dimensões da vida. O tempo do trabalho regula o tempo fora do trabalho – da vida pessoal, das relações familiares, do lazer, das religiões – e define a movimentação das pessoas e das mercadorias nas cidades (mas também fora delas), regulando seus fluxos.

No período que compreende o fim do século XIX e o início do XX, o tempo do trabalho organizado pelas linhas de montagem (taylorismo e fordismo), conforme menciona Rabinbach (1990), tinha como contrapartida a idéia de que as

pessoas eram como um “motor humano”, ou seja, como as máquinas, passíveis de regulação em seus tempos e movimentos, um corpo perfeitamente integrado com o trabalho técnico.

A partir da segunda metade do século XX a organização do trabalho mudou, por força do aparecimento das novas tecnologias. Encontramo-nos diante da possibilidade de eliminação (para alguns, pelo menos) do trabalho físico, substituído por imagens, comunicação e sistemas cibernéticos de auto-regulação (RABINBACH, 1990). Não vamos deter-nos longamente nas controvérsias que cercam a discussão sobre o desaparecimento (ou não) da centralidade do trabalho². Essa questão tem sido considerada, por “otimistas” como Domenico de Masi (1999), que tem um grande sucesso de público no Brasil, como o momento da liberação das pessoas em relação ao tempo integralmente dedicado ao trabalho. Outros autores, entretanto, percebem essas transformações como fonte de desemprego e de mecanismos perversos de ajustes sociais (ANTUNES, 1995; DEJOURS, 1999; SENNETT, 1999). Nas duas perspectivas, contudo, estamos diante de uma mudança na concepção do tempo e do espaço no cotidiano do trabalho nos dias atuais que tem levado a novos modelos de comportamentos e exigências de novas habilidades a serem exercidas no trabalho – incluindo a criatividade, o “empowerment”, a flexibilidade etc. –, características essas que nos afastam do modelo de pessoa como motor humano e nos levam a buscar outras metáforas.

O tempo passa agora a ser descrito como um tempo de simultaneidade e instantaneidade. Do tempo controlado das linhas de montagem, estamos agora diante de um tempo flexível e autônomo no trabalho, um tempo que transforma nossa identidade³, no qual não mais as máquinas, mas sistemas cibernéticos de automação permitem-nos maior liberdade. Por outro lado, esta flexibilidade, que nos libera da condição de máquinas humanas, nos leva à condição que Virilio (1996) descreveu como a de “um homem superexcitado”, imerso na “lógica da corrida”, ou seja, permanentemente em busca de velocidade e competição.

Sentidos de Urgência na Sociedade Contemporânea

O tempo linear do relógio, vivido hoje como um tempo natural e quase homogêneo, levou quase 300 anos para ser incorporado na sociedade ocidental. Nós perguntamos se viveremos, com o computador, o mesmo processo que levou à incorporação do tempo do relógio.

De grande objeto nas torres públicas e nas igrejas, o relógio passou a ser um objeto pessoal e minúsculo, amplamente difundido, usado de tal modo que o tempo do relógio nos parece algo da natureza e não uma invenção humana. O mesmo processo pode ser observado com a difusão do computador: de máquinas grandes, restritas a poucos, para um objeto extremamente pequeno, de uso pessoal e cada vez mais difundido na população. Como seremos quando, finalmente, incorporarmos totalmente o tempo simultâneo do computador?

De acordo com Tonelli (2000, 2003), a aceleração do tempo do trabalho está associada ao uso do computador e ao tempo simultâneo que se apresenta com

² Embora não seja o objetivo deste trabalho, a questão da centralidade do trabalho é de extrema importância na discussão sobre os sentidos da temporalidade. A discussão contemporânea sobre a flexibilidade no trabalho está diretamente ligada à questão do tempo no trabalho, ou seja, de um controle que não é mais direto sobre o tempo do trabalho mas sobre seus resultados; esta condição, entretanto, de controle sobre resultados parece levar ao sentido de aceleração no cotidiano de trabalho bem como sobre a discussão que muitos autores têm levado sobre o tema da intensificação do trabalho. Além disso, cabe, também, neste tema, a questão do trabalho feminino bem como a discussão sobre as mudanças na relação entre família e trabalho. O recentemente lançado “The Oxford Handbook of work & organization”, organizado por Ackroyd, Batt, Thompson e Tolbert (2006), discute com muita propriedade todas essas questões. Além disso, conforme nos lembra Czarniawska (2001), o trabalho ocorre hoje numa rede de inter-relações fragmentadas, em múltiplos contextos, em que as pessoas estão sempre em algum lugar e, ao mesmo tempo, sempre fora do lugar.

³ Turkle, 1997 e Slevin, 2000, promovem interessantes discussões sobre o sentido de self e identidade na sociedade atual. A internet parece ter intensificado o sentido de “homem camaleão”, conforme discutido por Caldas e Tonelli, em 2000.

ele. De acordo com a autora, essa velocidade é vivida com muitas ambigüidades: "ela é facilitadora, porque permite eficiência, informações e mobilidade no uso instrumental que lhe damos no trabalho; ela é aprisionadora, porque as pessoas têm dificuldades em lidar com a quantidade de informações que ela permite, e é necessário um grande esforço para não ficar para trás. O computador que proporciona a velocidade leva, também, à lentidão, à "lerdeza". Já que precisamos de mais tempo para preparar as tarefas e estamos limitados pelos enxugamentos de pessoal, levamos mais trabalho para casa. Como a regulação do tempo do trabalho acaba por invadir as demais dimensões de nossa vida, ficamos mais impacientes nas relações pessoais, que dependem do tempo interno e não do tempo das máquinas". Somos hoje mais impacientes.

Se, como diz Adam (2004), cada sociedade vive seu próprio tempo, o tempo da sociedade contemporânea parece ser não mais o tempo cíclico, não mais o tempo linear, mas predominantemente o tempo da simultaneidade. Podemos, neste sentido, como nos indica Southerton (2001), viver e conviver com diferentes temporalidades que decorrem das práticas cotidianas envolvidas em diferentes contextos e profissões.

De fato, os 4 Cs – coisificação (commodification), compressão (compression), colonização (colonization) e controle (control), continuam presentes na sociedade contemporânea, conforme nos informam Adam (2004) e Hassard (2000). O conceito de tempo simultâneo ainda está apoiado na idéia do tempo linear do relógio. Isso quer dizer que continuamos a usar o tempo como mercadoria, ou seja, como um ente abstrato, passível de quantificação e que serve como valor de troca em qualquer lugar. Os múltiplos sentidos da compressão do tempo incluem o aumento do número de atividades numa mesma unidade de tempo; a re-organização destas atividades que incluem picos de trabalho e flexibilização e, especialmente, a eliminação de todo e qualquer tempo não produtivo. Por colonização do tempo, comprehende-se que a universalização do tempo foi útil a objetivos dos colonizadores de tal modo que, agora, não há mais possibilidade de desvios das normas e dos valores temporais atuais, qualquer desvio passa a ser visto como preguiça. E, finalmente, o controle do tempo é tido como racional ainda que contrarie a lógica de outros ritmos, seja da natureza seja do corpo humano.

Considerações Finais

Os sentidos do espaço e do tempo foram profundamente alterados no mundo em que vivemos, a partir da introdução de tecnologias que permitiram a reorganização do trabalho. Entre as características que descrevem essas mudanças podemos citar: i) A conectividade resultante do computador e pela *Internet* que agiliza o tempo de resposta nos processos de trabalho, ii) O computador possibilita que um grande número de tarefas e de informações esteja concentrado numa única máquina, eliminando funções e a quantidade de pessoas envolvidas com as tarefas; iii) Se, por um lado, essas novas condições promovem a melhoria das condições físicas do trabalho, por outro, elas geram novas desigualdades e uma nova divisão do trabalho.

Na visão de Baumann (1998, 1998a, 1999), nos encontramos diante de dois grupos: no primeiro estão aqueles que acessam, dominam e dispõem das novas tecnologias, no segundo, aqueles que ficam alijados desse novo modelo; de tal sorte que poderíamos falar de uma nova forma de aristocracia: aqueles que podem viver velozes, ultra-rápidos e participantes de um tempo não-linear do mundo global, e os locais, lentos, presos ao controle do tempo linear e que não têm qualquer possibilidade de serem simultâneos ou possuírem a ubiquidade e a mobilidade ultra-rápida dos globais e que estão presos no espaço. A aceleração promovida pelo acesso às novas tecnologias acentua ainda mais a distância entre os dois grupos. Os globais são controlados, não mais pelo tempo linear do relógio, que organizou o trabalho industrial, mas pelo tempo global; os locais estão presos no tempo do relógio de ponto; os globais estão no tempo; os locais, no espa-

ço. São prisões diferentes, mas esses ritmos indicam que convivemos hoje com pelo menos dois tempos diversos: o tempo linear do relógio e o tempo mundial e simultâneo das redes e dos computadores.

Se a tecnologia permite a eliminação de árduos trabalhos físicos, ela coloca, ao mesmo tempo, inúmeras pessoas para fora do mercado de trabalho e faz aumentar a intensidade do ritmo para aqueles que continuam no mercado de trabalho; estes, por sua vez, submetem-se, já que não querem perder os privilégios do modelo de sucesso que culpabiliza os fracassados e perdedores, "os consumidores falhos", como denomina Bauman (1999). Desse modo, resta-nos o direito de sermos consumidores, mas não o direito de sermos pessoas, num mundo em que o próprio consumidor se tornou objeto de consumo em *data base marketing*, interessados em regular os seus perfis. Southerton (2001) argumenta que trabalhamos mais porque precisamos consumir mais.

A velocidade é maior para os globais e é limitada para os locais. Mas, também, para os globais ela não se faz presente sem provocar estresse e dificuldades para conciliar trabalho e família, tanto para os homens quanto para as mulheres. Essa questão nos remete para a discussão sobre o significado e o modo de organização nas relações amorosas e familiares em tempos de globalização, já que na modernidade tardia, tanto o afeto quanto o trabalho são relações flexíveis. Se, por um lado, a flexibilização e a simultaneidade do tempo parece nos levar na direção de uma maior democratização, por outro, nos deixa dependentes de receitas que indiquem o caminho para o final quase feliz. O medo de criar vínculos e depois perdê-los impede a construção de vínculos mais duradouros. Na tentativa de adaptarem-se aos padrões de *performance* do mercado de trabalho ou das relações amorosas, as pessoas muitas vezes se submetem sem questionar os modelos⁴.

O novo meio técnico-científico-informacional determina as novas práticas sociais, as novas formas de organização do trabalho e o novo *self* contemporâneo, que têm por característica comum a volatilidade e a efemeridade das modas, que passam a regular os valores, as relações interpessoais, a vida amorosa e o trabalho. É possível argumentar que a nova organização do trabalho depende desse tempo descontínuo, da mesma forma que o modelo taylorista-fordista dependeu do tempo linear.

Referência

- ACKROYD, Stephen; et al. *The oxford handbook of work and organization*. Oxford: Univesity Press, 2006.
- ADAM, Barbara. Re-vision: the centrality of time for na ecological social science perspective. In: LASH, Scott; BRONISLAW, Szerszynski; WYNNE, Brian. *Risk, enviroment and modernity: toward a new ecology*. Londres: Sage Publications, 1996.
- _____. *Time*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d' Água, 1991.

⁴A discussão sobre a volatilidade na vida amorosa já foi discutida por Poster (1979), Beck e Beck-Gernsheim (1995); Lasch (1991), Tonelli (2000) e Baumann (2003) entre outros. O vínculo das relações amorosas contemporâneas parece seguir o mesmo padrão de flexibilidade e volatilidade do mundo do trabalho.

- BAUMAN, Zigmunt . *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. *Work, consumerism and the new poor*. Buckingham: Open University Press, 1998a.
- _____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSEIM, Elisabeth. *The normal chaos of love*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CALDAS, Miguel Pinto; TONELLI, Maria José. O homem camaleão e modismos gerenciais: uma discussão sociopsicanalítica do comportamento modal nas organizações. In: MOTTA, Fernando C. Prestes; FREITAS, Maria Ester de (Orgs.). *Vida psíquica e organização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 131-147.
- CZARNIAWSKA, Bárbara *All laboratories are organizations but not all organizations are laboratories: on time and space in technology-indifferent organizations*. In: SPACING AND TIMING CONFERENCE, 2001, Palermo, Italy. *Anais...* Palermo, Italy: [s.n.], 2001.
- DE MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. 5. ed. São Paulo: Editora Esfera, 1999.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- _____. *A constituição da sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1986.
- HASSARD, John. Imagens do tempo e do trabalho nas organizações. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T.(Org). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2000. v.2.
- _____. Commodification, construction and compression: modern, symbolic and postmodern perspectives on organizational time, *Academy of Management*, Toronto, Aug. 2000a.
- _____. Images of time in organization studies. *Academy of Management*, Toronto, Aug. 2000b.
- HIRSCHHORN, L. *Beyond mechanization*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração – A família*: santuário ou instituição sitiada?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____, URRY, John. *Economies of signs and space*. Londres: Sage Publications, 1994.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*: o homem unidimensional. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MARTINS, Mônica Mastrandiono. *Tempo e trabalho: um estudo psicossocial com trabalhadores que têm horário fixo e flexível em uma empresa industrial de médio porte*. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.
- MATTELART, Armand. *A invenção da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

- POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- RABINBACH, Anson. *The human motor: energy, fatigue, and the origins of modernity*. Berkeley: University of California, 1990.
- SLEVIN, James. *The internet and society*. Cambridge: Polity, 2000.
- SOUTHERTON, Dale. Squeezing time – allocating practices, co-ordinating networks and scheduling society; In: SPACING AND TIMING CONFERENCE, 2001, Palermo, Italy. *Anais...* Palermo, Italy: [s.n.], 2001.
- STUDENY, Christophe. *L'invention de la vitesse*. Paris: Editora Gallimard, 1995.
- TAYLOR, F. *Princípios da administração científica*. São Paulo: Atlas, 1987.
- THOMPSON, E. P.. Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism. *Past and Present*, [s.l., n.36, p.57-97, 1967.
- TONELLI, Maria José. *Os sentidos das máquinas: novas tecnologias e a aceleração no cotidiano do trabalho*. 2000. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.
- _____. Produção de sentidos: tempo e velocidade nas organizações, *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 33-50, 2003.
- TURKLE, Sherry. Identidade na Internet. In: BROCKMAN, John; MATSON, Katinka. *As coisas são assim: pequeno repertório científico do mundo que nos cerca*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 234-242.
- VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.
- _____. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1996a.
- WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.